

Governadores de olho em decisão do Senado

Tucanos e seguidores de Sarney trabalham para permitir que dinheiro de privatização possa ser usado em obras que rendem votos

O Senado vota hoje o projeto de resolução do senador Vílson Kleinubing (PFL-SC) que poderá comprometer o sonho dos governadores em se reeleger no próximo ano: a proposta, que não precisa passar pela Câmara e ter sanção presidencial, já que se trata de matéria exclusiva do Senado, obriga a aplicação de 75% da receita de privatizações no abate da dívida pública.

Com capacidade de endividamen-

to praticamente esgotada e em difícil situação fiscal, os governadores estão usando os recursos das privatizações como única alternativa para tocarem programas de obras ou de assistência social que tragam dividendos eleitorais no próximo ano. É exatamente esta a torneira que boa parte dos senadores quer fechar, também de olho na disputa de 1998: dos 81 senadores, 26 são candidatos aos governos estaduais, a maioria deles em

oposição aos governadores atuais.

Mas o resultado da votação é incerto, graças a uma aliança entre os senadores do PSDB, bancada no Senado que tem a mais forte vinculação com os governadores, e o grupo de parlamentares comandados pelo senador e ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), pai da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

A proposta deveria ter sido votada ontem, mas uma bem sucedida manobra de obstrução feita pelos tucanos e sarneyzistas transferiu a votação para hoje, graças a um requerimento do senador Bello Parga (PFL-MA), que pediu que a matéria fosse relatada por algum senador da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O requerimento de Parga foi aprovado por 32 votos a 27, e o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que é aliado ao governador do seu estado, Amazonino Mendes (PFL), indicou imediatamente o tucano Jefferson Peres (AM) para a função.